

Direitos humanos em pauta

Adriana Loche, cientista social, secretária-executiva do Centro Santo Dias de Direitos Humanos

No mês de março de 2007, foram lançados dois relatórios sobre o tema direitos humanos no Brasil. O primeiro deles, o "3º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil 2002-2005" – publicado pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e a Comissão Teotônio Vilela – trata especificamente do acompanhamento do Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado pelo governo federal em 13 de maio de 1996. Mais de uma década se passou, desde então, mas a situação dos direitos humanos não melhorou muito no país. Apesar de muitos avanços – como a criação de mecanismos de controle da atividade policial (no caso, as Ouvidorias de Polícia) e a promulgação da lei contra a tortura –, "não houve progresso na formulação e implementação de políticas de direitos humanos e, em certas áreas, em particular na área dos direitos civis, houve um recesso", conclui o relatório. Em todo o país, não há um único Estado em que não exista o registro de violações. As áreas de segurança e justiça revelam a incapacidade do Estado em implementar políticas que assegurem o direito à vida. Em algumas áreas urbanas e rurais, observa-se um Estado paralelo, totalmente à margem da lei. As agências encarregadas de promover e assegurar o direito à segurança e justiça não estão preparadas para atender a demanda da população. A impunidade impera no país, em especial quando os que cometem crimes são ricos e as vítimas, pobres. O acesso à Justiça, embora seja um direito de todos, fica restrito a uma pequena parcela da população. Inércia, conivência, falta de vontade política? Qual seria a verdadeira razão? O segundo relatório, "Direitos Humanos no Brasil 2: diagnósticos e perspectivas", produzido por entidades da sociedade civil, é uma espécie de informe alternativo àquele apresentado pelo Estado brasileiro ao sistema internacional de direitos humanos. Nele, estão explícitas as diferenças entre o que está na Constituição e o que acontece na prática. Assim como o relatório primeiro mencionado, o diagnóstico sobre os direitos humanos no Brasil aponta muitos avanços em termos de programas para reduzir as desigualdades, porém ressalta a sua insuficiência como uma política pública de direitos humanos, pois esses programas não possuem previsão orçamentária para sua execução. Apesar do quadro não ser muito promissor, é necessário vislumbrar saídas para essa situação. Em ambos os relatórios, observamos que é imperativo um acompanhamento das ações do Estado pelos cidadãos. Esse acompanhamento deve ser cotidiano e não apenas em momentos de crise. É necessário que o Estado cumpra a sua parte, mas que a sociedade civil (organizada ou não) participe efetivamente, definindo prioridades e estratégias integradas para a proteção e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos brasileiros, sem qualquer distinção.



www.dhnet.org.br